



FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VITOR RODRIGUES LEITE SANTANA

**O PLANEJAMENTO FINANCEIRO, BASEADO EM DADOS CONTÁBEIS, E SUA
UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA NAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE**

PARAUAPEBAS
2024

VITOR RODRIGUES LEITE SANTANA

**O PLANEJAMENTO FINANCEIRO, BASEADO EM DADOS CONTÁBEIS, E SUA
UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA NAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso bacharelado de Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.

Orientador Prof. Jefferson Van de Graaf

PARAUAPEBAS
2024

SANTANA, Vitor Rodrigues Leite

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO, BASEADO EM DADOS CONTÁBEIS, E SUA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA NAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE; Jefferson Van de Graaf, 2024.

58 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FADESA, Parauapebas – PA, 2024.

Palavras-Chave: Planejamento. Financeiro. Empresa.

VITOR RODRIGUES LEITE SANTANA

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO, BASEADO EM DADOS CONTÁBEIS, E SUA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA NAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso bacharelado de Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.

Aprovado em: 11/06/2024

Banca Examinadora



Prof. Mateus da Silva Sousa
(Coordenador – FADESA)



Prof. Esp. Adriano Louzada Bollas
(Avaliador – FADESA)



Prof.^a Aline de Oliveira Ferreira Antônio
(Avaliador (a) – FADESA)

Data de depósito do trabalho de conclusão: 27/05/2024

VITOR RODRIGUES LEITE SANTANA

**O PLANEJAMENTO FINANCEIRO, BASEADO EM DADOS CONTÁBEIS, E SUA
UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA NAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso bacharelado de Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.



Vitor Rodrigues Leite Santana
(Discente)



Prof. Mateus da Silva Sousa
(Coordenador do Curso de Ciências Contábeis)

Dedico este trabalho de conclusão de curso em primeiro lugar a Deus, que é tão importante dentro de minha vida, estando sempre presente prestando auxílio nos momentos de maior angústia, garantido que eu tivesse saúde e determinação, me permitindo superar os obstáculos encontrados, também dedico essa pesquisa a minha família, em especial aos meus pais, José Gilton Barbosa de Santana e Irene Rodrigues Leite Santana, bem como minha irmã Vivian Rodrigues Leite Santana pelo cuidado, incentivo, afeto e carinho que constantemente me ajudaram seguir em frente dentro de minha caminhada pela vida contribuindo de forma imensurável com o meu desenvolvimento como pessoa, também por me propiciarem, através de seus esforços e batalhas, um ensino de qualidade durante todo o meu período escolar além de tornarem possível a realização desse curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que participaram do meu processo de formação e que me orientaram sempre para a busca de novos conhecimentos dentro do curso e cuja dedicação e paciência foram pilares tanto para a confecção como evolução desse trabalho de conclusão de curso. Também agradeço aos meus amigos e colegas de classe tanto dentro do curso como fora, em especial a Rayane Lacerda Pereira, Francinete da Silva Barbosa e Maria Madalena Trindade de Jesus, pelo tempo passado, momentos tidos, auxílios realizados e por todo o apoio oferecido durante a minha caminhada acadêmica no curso. Agradeço também todas as pessoas que venham a ter me ajudado seja de forma direta ou de forma indireta durante a durante o meu tempo dentro do curso.

“A sabedoria humana está nessas palavras:
esperar e ter esperança.” Alexandre Dumas.

RESUMO

O planejamento financeiro, baseado em dados contábeis, ao decorrer da história surgiu como uma alternativa para as empresas de controlarem as suas finanças e se prepararem para situações futuras que elas antecipem, por meio da definição de metas e objetivos a serem seguidos pela organização, com isso, esse estudo irá buscar apresentar, explicar e contextualizar o conceito de planejamento financeiro, ao passo, que também buscará se aprofundar em algumas características desse instrumento de gestão administrativa, citando, explicando e evidenciando as diferenças entre os tipos de planejamento financeiro, também apresentará a contabilidade e suas características como seus usuários e termos básicos, mostrará também as ferramentas da contabilidade que são utilizadas tanto para embasar o desenvolvimento de um planejamento financeiro eficiente como para mantê-lo atualizado de forma constante com os dados da empresa, além de procurar mostrar o panorama de uso dessa ferramenta em empresas de menor porte como as microempresas e as empresas de pequeno porte.

Palavras-chave: Planejamento; Financeiro; Empresa.

ABSTRACT

Financial planning, based on accounting data, throughout history has emerged as an alternative for companies to control their finances and prepare for future possibilities that they anticipate, through the definition of goals and objectives to be followed by the organization, with this, this study will seek to present , explain and contextualize the concept of financial planning, and will also seek to deepen some characteristics of this administrative management instrument, citing, explaining and highlighting the differences between the types of financial planning, it will also present accounting and its characteristics such as its users and basic terms, it will also show the accounting tools that are used both to support the development of efficient financial planning and to keep it constantly updated with the company's data, in addition to trying to show the outlook of use of this tool in companies of smaller proportion such as micro and small businesses.

Keyword: Planning; Financial; Company.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diferença entre MEI, ME E EPP.....	25
Figura 2 - Os níveis operacionais.....	29
Quadro 1 - Relevância dos investimentos em estoques nas empresas.....	34
Figura 3 – Orçamento de capital.....	36
Quadro 2 - Indicadores de liquidez.....	41
Quadro 3 - Influência das ME e EPP em 2022.....	44
Gráfico 1 - ME e EPP constituídas.....	45
Gráfico 2 - Relação de constituição entre ME e EPP.....	46
Quadro 4 - Atividades com mais registros em 2023.....	47
Gráfico 3 - Taxa de mortalidade em ME e EPP.....	48
Quadro 5 - Atividades com maior taxa de mortalidade.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.C - ANTES DE CRISTO

Arts. – Artigos

ASN - Agência Sebrae de Notícias

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

d. – Dom

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

EPP - Empresa de Pequeno Porte

ISCED - Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância

MC - Margem de contribuição

ME – Microempresa

MEI - Microempreendedor Individual

nº - Número

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

p. – Página

PIB - Produto Interno Bruto

ROI - Retorno sobre o investimento

SciELO – Scientific electronic library online

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Tcc – Trabalho de conclusão de curso

LISTA DE SÍMBOLOS

R\$ - Real

% - Porcento

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 O CONCEITO DE CONTABILIDADE	17
2.1 A história da contabilidade	18
2.2 Usuários da contabilidade	23
2.3 Termos básicos da contabilidade	24
3 AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	25
3.1 A importância das micro e pequenas empresas no contexto da economia brasileira	27
3.2 Motivos para falência de micro e pequenas empresas	28
4 O PLANEJAMENTO FINANCEIRO	29
4.1 As características do planejamento financeiro	32
4.2 Os tipos do planejamento financeiro	34
4.3 O planejamento financeiro em microempresas e pequenas empresas	37
4.4 Os indicadores financeiros	40
4.4.1 Os indicadores de liquidez	41
4.4.2 Os indicadores de rentabilidade	43
5 METODOLOGIA	44
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história as empresas estão de forma constante, buscando a excelência em suas operações e visando as ferramentas mais proativas e modernas a sua disposição, por essa razão, dentro do contexto econômico das empresas uma das melhores formas de se promover essa excelência, que surgiram durante a história, foi o planejamento de vários pontos da empresa, como por exemplo, o planejamento tributário, estratégico, e o financeiro, entre outras formas de planejamento.

Dessa forma, conforme Priore (2015), às formas de planejamento atuais têm suas origens na teoria das organizações, no contexto da revolução industrial, em que se buscou eliminar ao máximo a ocorrência de improvisos e falta de planos de ação nas empresas e aumentar os métodos a serem seguidos com o objetivo de garantir a maior eficiência no processo produtivo possível.

Assim, já que tanto a demanda e a complexidade do mercado aumentaram foi preciso abandonar o modelo mais básico e desorganizado de produção e buscar um padrão de produção que pudesse atender as necessidades de cada fábrica de produção, no entanto, também era preciso saber se a forma de padronização estava realmente sendo efetiva em melhorar a eficiência da produção e devido a isso cada fábrica tinha a sua própria forma de avaliar o desempenho de produção.

Com isso, de acordo com Priore (2015), o planejamento é um ponto de grande importância para o processo de gestão de qualquer empresa, tornando o processo de tomada de decisão o mais objetivo possível, com base nisso, pode-se inferir que o planejamento pode ser visto como, uma atividade administrativa que será responsável por delimitar previamente as metas e objetivos de uma empresa e como eles serão alcançados, assim, tornando-se essencial para o desenvolvimento eficiente das empresas perante a grande competição do mercado do trabalho.

Dessa forma, para que a realização de um planejamento possa ser bem embasado e, por consequência, possa contribuir de forma relevante com a saúde financeira de uma empresa é necessário que ele seja fundado a partir de informações relevantes dentro do contexto da empresa, assim, para a obtenção dessas informações, o melhor local para essas empresas acaba sendo dentro das empresas responsáveis pela sua contabilidade ou da contabilidade interna da empresa, uma vez

que, é a dentro dessas empresas ou setor que inúmeras informações financeiras relevantes da empresa estarão contidas.

Desse modo, a partir do que se é observado dentro da sociedade atual, ainda é comum que empresas façam suas gerências a partir presunções, ou métodos básicos de gerência, o que contribui com a ocorrência de que uma grande quantidade de micro e pequenas empresas costumam encerrar as suas atividade em até 5 anos de funcionamento em decorrência da falta de planejamentos o que dá origem a problemática do estudo, que pode ser vista como sendo, qual seria a ferramenta que, por meio dos dados da contabilidade, conseguiria auxiliar essas empresas a possuírem um crescimento sustentável?

Assim, para transmitir as informações desejadas, a pesquisa possui como objetivo geral mostrar como o uso do planejamento financeiro, baseado em dados contábeis, dentro das microempresas e empresas de pequeno porte pode contribuir com o seu crescimento de forma sustentável, e para isso, será aprofundado dentro dos objetivos específicos, apresentar os tipos de planejamento financeiro existentes; mostrar os melhores métodos da contabilidade que podem usados para se desenvolver um planejamento financeiro eficiente; além de explicar de forma direta a importância que a implantação do planejamento financeiro pode ter dentro das micro e pequenas empresas.

Com isso, nesse contexto, essa pesquisa teve como justificativa o alto número de microempresas e empresas de pequeno porte que encerram suas atividades em seus primeiros anos de atividade o que promove efeitos negativos dentro da economia, assim, espera-se, a partir desse estudo, que mais empresas possam reconhecer o planejamento financeiro como uma ferramenta viável e de grande importância, que vem auxiliar os proprietários e administradores a definirem planos a serem seguidos por suas organizações, baseados em informações financeiras extraídas de suas contabilidades, e que contribui com o aumento da taxa de sobrevivência dessas empresas.

A partir disso, esta pesquisa será dividida em pontos explanando fatores como a definição do que é o planejamento financeiro, as suas características, quais os tipos de planejamento existentes, bem como a sua presença dentro das microempresas e empresas de pequeno porte. Além disso, será classificado como um estudo explorativo quanto aos seus objetivos gerais.

2 O CONCEITO DE CONTABILIDADE

A contabilidade, segundo Carvalho (2021), refere-se em seu princípio a escrituração dos atos e fatos acontecem no contexto da empresa, além disso, ela também busca fornecer informações úteis relacionadas a situação econômica e financeira da empresa. Para que assim os gestores, administradores e proprietários possam ter um processo de tomada de decisões mais completo e embasado, assim, por consequência pode-se concluir que a contabilidade não trata de uma ciência exata, mas de uma ciência social aplicada.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2016) durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade a seguinte definição foi utilizada para conceituar a contabilidade: “Ciência que estuda a prática e as funções de orientação, de controle e de relativas aos atos e aos fatos da administração econômica”, ou seja, a contabilidade pode ser entendida como sendo uma ciência que pode servir tanto como ferramenta de orientação como de controle para as empresas que a utilizam corretamente.

Destarte, a partir de uma outra visão,

“a contabilidade é uma arte, sendo essa a arte de registrar todas as transações que são feitas em uma empresa, que possam ser expressas em termos monetários. Consiste ainda na arte de informar os reflexos decorrentes dessas transações na situação econômico-financeira da entidade.” (Gouveia, 2015, p. 1)

Ou seja, a contabilidade, a partir de seus métodos, permite a seus usuários uma visão sobre como as transações realizadas pela empresa afetam a sua saúde financeira, seja de forma positiva ou negativa, permitindo que os administradores, gestores e proprietários consigam se adaptar dependendo da situação econômica e financeira que a empresa esteja enfrentando.

Desse modo, de acordo com Carvalho (2021), a contabilidade pode ser vista como uma coleção organizada dos conhecimentos usados para registros e geração de informações, das leis do país em que a contabilidade está sendo praticada, dos princípios tanto contábeis como dos outros da sociedade em que a contabilidade está inserida e das metodologias utilizadas para produzir e alcançar os resultados da contabilidade.

Nesse sentido pode-se entender que a contabilidade é uma ciência que se aprofunda, busca controlar e analisar o patrimônio da empresa levando em consideração tanto a perspectiva quantitativa, ou seja, monetária, como a qualitativa, ou a parte física da empresa, assim tentando obter dados importantes desses dois aspectos com o objetivo de fornecer informações úteis no contexto da empresa.

Do mesmo modo Ferreira (2014, p.1) também oferece uma visão sobre a contabilidade em uma base teórica, definindo a contabilidade “como a ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e também financeiro, levando em conta os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e à análise dos elementos patrimoniais e suas mudanças.”, assim, sobre essa visão essa ferramenta permite a análise não apenas do estado atual do patrimônio da empresa mas também de suas mutações e tendências passadas, oferecendo informações e embasamentos para o processo de tomada de decisões dos usuários da contabilidade.

Carvalho (2021) também ressalta que a contabilidade é entendida como uma ciência social dentro da sociedade com relação aos seus objetivos, uma vez que ela busca construir uma grande rede de conhecimentos sobre os aspectos relacionados à rentabilidade de seus usuários, também contribuindo com os crescimentos dos rendimentos e lucros das empresas.

Assim, percebe-se que essa ferramenta além de uma ciência social também pode ser entendida como metodológica, devido aos critérios utilizados dentro do ambiente em que as empresas se encontram para a realização dos trabalhos contábeis, além disso, também pode ser vista como quantitativa, devido a forma em que são quantificados os recursos das empresas durante a escrituração, com o uso da divisão em ativos e passivos por exemplo.

A partir disso é possível reconhecer que a contabilidade tem como objeto de seu serviço o patrimônio das empresas com que ela trabalha, buscando manter o controle sobre ele, através dos registros dos atos e fatos ocorridos dentro dessas empresas, para então gerar informações que serão analisadas e usadas pelos administradores, gestores e proprietários dessas empresas.

2.1 A história da contabilidade

Desde de o início dos tempos os seres humanos se viram com a necessidade de fazer a utilização de um método para poderem registrar e controlar os seus

recursos possuídos mesmo que de forma rudimentar, assim, com o objetivo de atender a essas necessidades, os primeiros registros contábeis começaram a ser realizados.

A partir desse marco esses métodos começaram a sofrer evoluções drásticas, ao decorrer da história, que moldaram o que nos dias atuais é conhecida como a importante área da contabilidade. Com isso, com a finalidade de compreender de forma completa as evoluções e como elas afetaram a prática da contabilidade no mundo, faz-se necessário entender como a história da contabilidade se desenvolveu ao longo da história.

A origem da contabilidade está atrelada ao surgimento da própria civilização, uma vez que ela “Está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos” (Zanluca e Zanluca, 2017, p. 01), ou seja, desde os primeiros seres humanos a demanda por uma forma de proteger os recursos através de seus registros, bem como uma forma de compreender os eventos de entradas e saídas desses recursos já era necessária nas primeiras civilizações humanas.

Conforme David e Barbosa (2019) profissionais de história acreditam que a origem da contabilidade data de 2.000 anos A.C, tendo como primeiras menções do uso dessa ferramenta nas civilizações antigas da suméria e babilônia, onde era preciso se realizar o controle dos escambos realizados nas comercializações realizadas.

Segundo Schmidt e Gass (2018), após o período de grande instabilidade da idade média, conhecido como a Peste Bubônica, também conhecida como Peste negra, grandes mudanças passam a ocorrer tanto nos aspectos sociais como nos aspectos econômicos, como por exemplo ocorre a queda do sistema feudal utilizado até o momento.

Assim, a partir dessas mudanças ocorridas, uma das principais consequências provocadas foi desenvolvimento tanto do comércio como dos interesses de seus proprietários buscando aumentar seus lucros e ganhos, e devido a essa situação esses comerciantes percebem a indispensabilidade de melhores formas de controle e registros tanto de seus recursos como de seus acordos realizados com outros indivíduos.

“À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses; tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros” (Zanluca e Zanluca, 2017, p. 01)

Logo, em virtude dessas mudanças de pensamentos e da grande influência que elas promoviam na sociedade, foi-se necessário aprofundar os conhecimentos e práticas contábeis da época o que, por consequência deu origem a primeira escola de pensamento da contabilidade, a Contista no século XV, que se baseava no uso de um sistema de contas que tinha como objetivo permitir o registro dos valores para receber ou pagar dos comerciantes, assim mesmo que de forma simples esse sistema definido pela escola Contista permitia que os comerciantes tivessem melhores controles de seus bens, direitos e obrigações.

Um outro ponto de grande importância para a evolução e consolidação do uso da contabilidade em sua história, de acordo com Oliveira (2022), veio da Itália com o chamado *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade das Partidas Dobradas) desenvolvido por Luca Pacioli no ano de 1494, colocando em evidência que o débito e o crédito se relacionam com os números positivos e negativos, ou seja, que para crédito deveria existir um débito correspondente, rendendo a ele o título de pai da contabilidade. Com isso, segundo David e Barbosa (2019), a contabilidade passa a ser vista, de forma definitiva, como uma ciência para controlar o patrimônio de comerciantes e seus negócios.

Além do mais, de acordo com a visão de Schmidt e Gass (2018), com o início da revolução industrial na Inglaterra, devido ao aumento das fábricas e, por consequência da produção feitas por elas, deu-se origem a necessidade de que a contabilidade conseguisse envolver novos fatores que não apenas crédito e débito, como por exemplo, informações relacionadas aos fatores da produção e seus custos, portanto criou-se o desejo por um sistema contábil mais completo.

Dessa forma, a partir desse contexto da busca por uma contabilidade mais abrangente, deu-se origem a escola lombarda ou administrativa, que segundo Jesus (2018) buscava tornar a contabilidade em mais do que apenas uma ferramenta de registro de recursos e débitos e créditos de comerciantes e torná-la em uma ferramenta que poderia ser utilizada de forma a contribuir com o processo de tomada de decisões e gestão dos comerciantes por meio do fornecimento de informações a serem analisadas.

Portanto, dentro dessa escola de pensamento, o processo de administração e gestão ganhou o foco que os indivíduos da época desejavam que a contabilidade fornecesse, ou seja, uma ferramenta capaz de fornecer informações importantes para os usuários da contabilidade na época. Assim, dentro os pensadores dessa doutrina de pensamento se destacam Francesco Villa uma vez que ele

“Extrapolou os conceitos tradicionais de Contabilidade, segundo os quais escrituração e guarda livros poderiam ser feitas por qualquer pessoa inteligente. Para ele, a Contabilidade implicava conhecer a natureza, os detalhes, as normas, as leis e as práticas que regem a matéria administrada, ou seja, o patrimônio” (Zanluca e Zanluca, 2017, p. 08).

Ou seja, Francesco Villa em conjunto com outros doutrinadores da época ajudou a difundir a ideia de que a contabilidade necessitava prestar auxílio aos processos administrativos das empresas não se limitando apenas a informações relacionadas aos processos de escrituração, o que por consequência possibilitou grande progresso e evolução na forma que a contabilidade era usada.

Outrossim, conforme Schmidt e Gass (2018), durante o ano de 1920 a sociedade, em especial proprietários de empresas e os bancos, passa a necessitar que a contabilidade se torne ainda mais capacitada, com padrões de atuação mais definidos e mais abrangente em sua forma de atuação, assim, por consequência, tem-se a formação da doutrina de pensamento americana que, segundo Jesus (2018) possui grande influência no desenvolvimento de regulações de áreas da contabilidade como a contabilidade de custos, controladoria, análise de demonstrações contábeis, entre outras áreas de atuação da contabilidade.

A partir de todas essas mudanças, desenvolvimentos e evoluções a contabilidade nos dias modernos, segundo David e Barbosa (2019) vem cada vez mais se consolidando dentro da sociedade devido a constante necessidade das empresas de realizarem os registros de seus bens direitos e obrigações, com o objetivo de auxiliar as empresas em sua obtenção de lucros.

Adicionalmente, com a finalidade de se manter uma ferramenta útil para os administradores e proprietários de empresas a contabilidade vem buscando acompanhar e se adaptar às mudanças ocorridas dentro da sociedade, desde mudanças sociais, econômicas e regulamentações que são criadas ou alteradas, por meio da adoção de novos métodos de trabalho ou da criação de novas

regulamentações para a forma de atuação dos contadores, com a finalidade de manter a contabilidade segura e confiável à seus usuários.

Ademais, no contexto brasileiro, de acordo com David e Barbosa (2019), a contabilidade teve seu início durante o período colonial, seguindo os desenvolvimentos da época e as necessidades de controle de Portugal, além disso, durante esse período o desenvolvimento dos armazéns alfandegários e, durante o ano de 1549, a indicação de Gaspar Lamego como o primeiro contador do território brasileiro foram eventos de grande importância para a história da contabilidade no Brasil.

Ainda mais, Silva e Assis (2015) destacam que durante o período do império brasileiro houveram três governantes com políticas que promoveram desenvolvimento ou influência em como a contabilidade era praticada dentro do território brasileiro, sendo esses três governos, D. João VI, o governo de D. Pedro I e o governo de D. Pedro II.

A partir dessa constatação, durante a liderança de D. João VI que em seu período governando teve marcos como a criação do Banco do Brasil, apesar de sua eventual liquidação, o que por consequência deu início a emissão de moedas e cédulas no Brasil e um decreto que permitia que apenas os frequentadores das chamadas escolas de comércio pudessem fazer a realização das escriturações contábeis.

Já o governo de D. Pedro I foi marcado pela criação de um decreto no ano de 1830 que tornou obrigatório o uso do método das partidas dobradas nas escriturações contábeis, além do início de uma dívida com o exterior causada pela decisão do Brasil de se tornar um país independente, sendo necessário o pagamento de indenização com o objetivo de evitar uma possível revolta de Portugal.

Enquanto o governo de D. Pedro II em que se destaca o desenvolvimento do método das partidas dobradas usados com a implementação de grupos de contas, o que permite maior controle sobre o patrimônio na época, a criação de um código comercial que tornou obrigatório a realização de um balanço e livro diário para muitas entidades e a reabertura do Banco do Brasil.

Assim, chega-se ao período da república até os dias atuais, durante esse intervalo inúmeras evoluções foram desenvolvidas com relação a como a contabilidade era legislada e praticada no país dentre elas, de acordo com Silva e Assis (2015), podem ser citadas, a regulamentação da profissão contábil realizada

pelo decreto 20158/1931, a criação dos conselhos federais e regionais pelo decreto lei 9295/1946, a publicação da lei 6404/1976, também conhecida como lei das Sociedades por Ações, e o desenvolvimento das normas brasileiras de contabilidade (NBC) pelo conselho federal de contabilidade em 1981.

2.2 Usuários da contabilidade

A contabilidade era área que possui uma grande abrangência de serviços que podem ser realizados, devido a esse motivo ela também possui uma vasta quantidade de possíveis usuários, dentre eles podendo ser destacados os sócios da empresa, que pode fazer o uso da contabilidade pela busca de maior controle sobre os bens, direitos, obrigações e patrimônio da empresa e suas variações; os administradores que podem utilizar as informações fornecidas pela contabilidade para embasar as decisões a serem tomadas; bancos e fornecedores, que desejem ter melhor compreensão sobre a situação financeira da empresa.

Devido a essa abrangência de utilidade que os dados da contabilidade oferecem aos usuários dessa área de atuação, esses desfrutadores da contabilidade, como exposto por Silva (2021), acabam podendo ser divididos em dois tipos, os usuários que são os internos da empresa e aqueles que são externos da empresa, considerando isso, os usuários internos podem ser entendidos como aqueles indivíduos que estão dentro do próprio negócio, como acontece com proprietários, gerentes, funcionários.

Dessa maneira, é possível perceber que esse tipo de usuário, em grande parte das vezes, utiliza as informações providas pela contabilidade com a finalidade de poder tomar decisões mais assertivas, como por exemplo, em uma situação em que um administrador deseja saber se a continuação das atividades de uma filial ainda é viável ou não, nessa situação ele poderá avaliar os resultados da filial apresentados pela contabilidade para decidir se essa filial é fechada ou não.

Os usuários externos, de acordo com Silva (2021), podem ser entendidos com aqueles que possuem interesse nas informações geradas pela contabilidade, mas que não estão inseridos dentro do quadro de membros da empresa, o que, por consequência, significa que esses usuários possuem acesso mais limitados a informações contábeis desejadas, assim, são exemplos de usuários externos, o governo, concorrentes, fornecedores e bancos.

Dessa forma, os usuários externos fazem o uso da contabilidade das empresas com o objetivo de realizar análises externas para entenderem a situação financeira e estabilidade atual e passada das empresas em que estão interessados, seja para conceder créditos e financiamentos, fechar negócios ou apenas em busca de entender melhor o funcionamento da empresa.

2.3 Termos básicos da contabilidade

Dentro da contabilidade existem termos que são constantemente utilizados nos trabalhos realizados por essa área, e que por essa razão é de grande importância que eles sejam compreendidos com o objetivo de garantir que o usuário que vá realizar uma análise de um relatório desenvolvido pela contabilidade consiga compreendê-lo da forma necessária, dessa forma, alguns exemplos desses termos são as receitas, despesas, os ativos, passivos e o patrimônio líquido.

Posto isso, segundo Travassos (2022), as receitas dentro da contabilidade podem ser vistas como todas as introduções de riquezas monetárias ou a constituição de um direito para se receber essas riquezas no futuro, o que ocorre, geralmente, por meio da negociação de produtos ou serviços.

Enquanto as despesas podem ser conceituadas como sendo uma representação das saídas de riquezas ou a constituição de futuras dessa saída, como por exemplo, salários, contas de água e energia, além disso, em certas situações as despesas não precisam da saída de recursos, como no caso da depreciação.

Dessa maneira, o ativo, de acordo com o Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED, 2019), pode ser entendido como a compilação dos bens de direitos que um usuário possui, ou seja, em outras palavras, o ativo corresponde aos componentes do patrimônio que são capazes de vantagens ao usuário seja no presente ou no futuro.

O passivo pode ser compreendido como sendo a representação das obrigações que um usuário se comprometeu a cumprir com um terceiro, seja ele uma pessoa ou empresa, assim, o passivo também pode ser entendido como sendo a origem dos recursos de um usuário, haja vista isso, o patrimônio líquido também se refere a origem de riqueza de um usuário, no entanto nesse caso essa origem não vem de terceiros, mas sim dos próprios sócios da empresa, ou seja, no patrimônio líquido encontra-se o capital próprio da empresa.

3 AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Dentro do contexto mercado existem alguns possíveis portes para constituição de empresas, dessa maneira. Pode-se dizer que existem diversos motivos que levam indivíduos a desejarem a constituição de seu respectivo negócio e, por consequência, aceitarem os riscos inerentes que são atrelados ao processo de abertura e gestão de uma nova empresa dentro do mercado.

Levando em consideração o anterior, de acordo com Xavier e Bertaci (2018), dentre as principais razões que levam pessoas a abrirem seus negócios próprios podem ser destacadas, a aspiração de conseguir se tornar o proprietário de seu próprio negócio, ou seja, tornar-se o seu próprio chefe; além disso, também há o desejo de conseguir fazer a utilização de ideias próprias dentro de uma área de atuação no mercado que traga interesse ao indivíduo.

Uma outra razão também pode ser a simples aspiração de conseguir uma melhor oportunidade para se ganhar um maior montante do que se era recebido quando o indivíduo atuava como empregado; outrossim, o encontro de uma oportunidade que possa ser inovadora dentro do mercado; e por último, a vontade de se ter uma oportunidade para a aplicação de recursos próprios e aptidões pessoais que outrora não poderiam ocorrer durante a atuação como empregado.

Destarte, de acordo Xavier e Bertaci (2018), a faculdade de se dispor de visão e empreender precisa que a pessoa mantenha uma constante busca por oportunidades e esforços, também é necessário ter um conhecimento detalhado dentro da área de atuação que o indivíduo deseja adentrar, integrando tempos de estudos na área, com o objetivo de fornecer novas habilidades e experiências para o profissional que deseja se tornar um proprietário de empresa.

Nessa mesma lógica, é importante também conseguir manter uma visão de longo prazo com relação ao empreendimento que se deseja iniciar, também é muito recomendado, para o empreendedor, buscar adquirir as competências necessárias para os momentos do processo de tomada de decisão, pela razão de poder ser capaz de tomar decisões mais assertivas nos momentos necessários.

Haja vista isso durante o processo de abertura de uma empresa de menor porte, um indivíduo, em grande parte das vezes, pode decidir entre três portes de empresa sendo eles de acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2018): Microempreendedor Individual (MEI), a microempresa

(ME) e a Empresa de Pequeno Porte, que são sintetizadas também dentro da figura 1.

O Microempreendedor Individual (MEI) pode ser definido como o proprietário que trabalha, em grande parte das vezes, por conta própria, se regularizando como um pequeno empresário optando, necessariamente, pelo Simples Nacional, e possuindo uma receita bruta anual de até R\$ 81.000,00, além disso, a empresa constituída nesse porte pode ter até um empregado registrado que não seja um sócio em outra empresa, assim, pode-se entender o Microempreendedor Individual como sendo o menor porte possível durante a constituição de uma organização. (SEBRAE, 2018)

A microempresa (ME), pode ser vista como qualquer empresa que possua uma renda bruta anual que seja igual ou menor que R\$ 360.000,00, escolhendo um entre os três modelos de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real), bem como fazendo o registro em uma junta comercial, desse modo, esse porte oferece uma maior liberdade de faturamento com relação ao MEI. (SEBRAE, 2018)

A Empresa de Pequeno Porte, que pode ser entendida como uma empresa com receita bruta anual de até R\$ 4.8 milhões, e que, bem como as microempresas, deve escolher entre um dos três modelos de tributação, além de também precisar realizar o registro em uma junta comercial, ou seja, percebe-se que as empresas de pequeno porte possuem a maior capacidade de faturamento dentre as três apresentadas. (SEBRAE, 2018)

Figura 1: Diferença entre MEI, ME E EPP

CRITÉRIO: RECEITA BRUTA	DEFINIÇÃO	RECEITA BRUTA ANUAL
Microempresa	Sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário.	igual ou inferior a R\$ 360.000,00
Empresa de pequeno porte	A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receitas de exportação, até o limite de R\$ 4.800.000,00.	superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00
Microempreendedor individual	É a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional. O microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa.	igual ou inferior a R\$ 81.000

Fonte: Domingues (2021)

3.1 A importância das micro e pequenas empresas no contexto da economia brasileira

Dentro da sociedade e do mercado as microempresas e as empresas de pequeno porte representam uma parte importante na situação da economia nacional, podendo ser vistas como a sua base, considerando isso, as microempresas, de acordo com Milan (2023) foram conceituadas inicialmente pela lei nº 7.256/84, enquanto, nos dias de hoje elas são reguladas através da lei nº 9.841, de 05/10/1999, que também é a lei que define as normas que devem ser seguidas pelas empresas de pequeno porte, em consonância com os Arts. 170 e 179 da Constituição Federal brasileira.

Dessa forma oferecendo a essas empresas favorecimentos com tratamentos singulares, buscando também a simplificação das áreas administrativas, fiscais, previdenciárias, trabalhistas, crédito e de desenvolvimento dessas empresas, com isso, é possível inferir que as microempresas e pequenas empresas são o resultado pela busca de políticas para a redução da burocracia, que tiveram seu início em 1979, com o objetivo de permitir que os pequenos empresários consigam que seus negócios estejam liberados para funcionamento de forma mais rápida, além de também oferecer uma maior oportunidade de essas empresas conseguirem prosperar dentro do mercado em que estão inseridas.

Em vista disso, segundo Milan (2023), a partir da criação das leis que regulam as micro e pequenas empresas, elas começaram a se expandir através do país, e com o passar do tempo, essas empresas conseguiram se consolidar como sendo os portes mais escolhidos pelas novas empresas constituídas dentro do contexto da esfera econômica do Brasil.

De acordo com a Agência Sebrae de Notícias (ASN, 2024), o presidente do Sebrae relata que, “Para o país, isso representa mais geração de empregos, maior arrecadação e mais dinheiro em movimentação e mais inclusão.”, o que exemplifica um dos mais importantes fatores para importância das empresas desse porte na economia do país, a geração de emprego para vários indivíduos da sociedade, o permite a maior circulação de recursos na economia.

A partir disso, ainda de acordo com a Agência Sebrae de Notícias (ASN, 2024), para presidente do Sebrae, durante os últimos anos as micro e pequenas empresas vem sendo de grande importância em conservar a economia do Brasil em movimento,

uma vez que essas empresas estão entre as primeiras empresas a demonstrarem reação durante momentos de crise dentro do país.

3.2 Motivos para falência de micro e pequenas empresas

Dentro do contexto da economia do Brasil, em grande parte das vezes, a falência das micro e pequenas empresas ocorre devido a inúmeros fatores, como por exemplo, de acordo com levantamento do SEBRAE (2014) a falta do levantamento de informações relevantes sobre o mercado, desconhecimento dos itens básicos da área da empresa, produtos desatualizados, falta de experiência prévia, falta de um plano de ação estão entre as principais razões para o fechamento das micro e pequenas empresas.

Muitos dos empreendedores entrevistados expuseram que deixaram de considerar informações importantes antes de constituírem suas empresas, como por exemplo, uma análise do mercado de atuação da empresa, ademais, a deficiência durante o processo de gestão do negócio também foi como um fator para o fechamento dos negócios, já que foi constatado que dentre as empresas que sobreviveram havia um padrão de gestão mais ativo do que dentro das empresas que vieram a falência na pesquisa. (SEBRAE, 2023)

Assim como é enfatizado por Silva (2023), evidenciando que muitas microempresas e empresas de pequeno porte, não realizam uma gestão recomendada de seus fluxos de caixa, não realizam preparos para situações financeiras inesperadas e não constituem uma reserva de capital para seus negócios, o que torna esses negócios mais vulneráveis para as variações ocorridas dentro do mercado em que estão inseridas, adicionalmente uma outra razão para o fechamento de uma microempresa ou empresa de pequeno porte é a omissão de inovações que permitam a empresa se adaptar às mudanças ocorridas dentro seus mercados de atuação.

Isso ocorre a razão de que muitas dessas empresas não são capazes de seguirem as novas tendências e exigências de seus consumidores ou de seus concorrentes, o que muitas vezes ocorre por causa da falta de pesquisas de mercado e não atualização para novas tecnologias, assim tornando esses negócios menos competitivos em seus mercados de atuação e, por consequência, mais propícios ao processo de falência.

4 O PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A palavra planejamento financeira pode ser definida a partir de uma análise semântica de cada palavra em sua composição, como planejamento que significa: “O ato de planejar ou a organização de uma tarefa com a utilização de métodos apropriados” (Michaelis, 2024) e financeiro que significa: “relativo à finanças.” (Michaelis, 2024), logo, após realizada a análise, é possível inferir que o planejamento financeiro em seu sentido literal é o ato de efetuar um plano de ação, tanto para o presente quanto para o futuro, com relação às despesas e rendimentos, entre outros fatores econômicos de uma organização.

Ainda mais considerando uma outra ótica, de acordo com Gomes e Brandalise (2017) o planejamento possui grande importância em definir se uma empresa irá crescer ou falhará em se adaptar a competição do mercado, assim, a partir dessa visão é possível concluir que para uma organização ser capaz de competir e ser rentável ela precisará prever situações rotineiras e incomuns e definir formas eficazes de deixá-las ocorrerem sem afetar o funcionamento da empresa.

Além disso, sob a visão de Lima e tomé (2018), o ato de planejar estaria relacionado a buscar realizar pensamentos antecipados com relação ao que a administração, gestores e proprietários desejam alcançar, os planos que querem realizar, as metas que eles almejam atingir, ao mesmo tempo em que esses indivíduos reconhecem quais deverão ser as etapas necessárias para se atingir os objetivos traçados.

Dessa forma, pode-se dizer também que a realização de um planejamento bem desenvolvido requer organização, controle e capacidade de decisão para se escolher os objetivos a serem alcançados, após a análise das informações contábeis fornecidas, por parte daqueles que serão os responsáveis pelo desenvolvimento do planejamento.

Considerando isso para a realização da grande maioria dos planejamentos faz-se necessário o conhecimento e entendimento dos níveis organizacionais de uma empresa, uma vez que cada um dos níveis realiza os seus próprios planejamentos, a partir disso, de acordo com Lima e Tomé (2018), uma empresa é dividida em três níveis organizacionais sendo eles: O nível estratégico, o nível Tático e o nível operacional, que podem ser explicados como sendo:

O nível estratégico, que é composto pelos executivos das empresas, ou seja, aqueles que, em grande parte dos casos, serão os encarregados pelo processo de tomada de decisões, e para isso levando em consideração o conjunto completo da empresa, definindo objetivos focados em permitir que a empresa sobreviva aos desafios, crises e que permitam o constante crescimento, de forma eficiente, da empresa levando em consideração um período a longo prazo.

O nível Tático, tem como foco elaborar metas para os departamentos e unidades da empresa consigam alcançar seus objetivos, devido a isso, os membros do nível tático buscam desenvolver metas para o médio prazo da empresa, assim servindo como uma ligação entre o nível estratégico e operacional.

O nível operacional, que é aquele associado com os supervisores diretos dentro da empresa, aqueles possuem contato direto e constante com as operações que estão sendo realizadas dentro da empresa, tendo como objetivo presenciar as tarefas realizadas no cotidiano da instituição, e a partir disso, definindo também quais são as melhores formas de se desenvolver cada uma dessas tarefas, com o objetivo de alcançar os objetivos traçados para cada operação da empresa.

Figura 2: Os níveis operacionais



Fonte: Nicolau Gordeeff (2020)

Posto isso, de acordo com Lima e Tomé (2018), dentro do planejamento estratégico, a empresa que está fazendo o uso dessa ferramenta precisa ser entendida de um ponto de vista em que ela é considerada como um conjunto completo, ou seja, entendida como um todo, por parte da alta administração da empresa.

Para que assim sejam realizadas as análises do contexto externo em que a empresa se situa, ou seja, do ambiente em que ela está situada, desse modo podendo definir quais são as metas e estratégias que serão utilizadas por parte da empresa para se adaptar às frequentes mudanças do mercado em que a ela esteja inserida, assim, garantido que ela consiga manter um processo constante de evolução em sua forma de atuação dentro do contexto de competição do mercado.

O planejamento tático, pode ser visto, segundo a visão de Lima e Tomé (2018), como aquele que está ligado aos objetivos de médio a curto prazo da empresa, dentro dele as ações que são realizadas têm como origem a divisão dos objetivos e estratégias definidas dentro do planejamento estratégico, com isso, o planejamento tático busca aprimorar uma área de resultado dentro da empresa e não ela como um conjunto completo.

Em continuação a visão dos autores, o planejamento operacional pode ser visto como uma continuação do planejamento estratégico, contando com um maior nível de detalhes e situações específicas, para isso as ações devem ser detalhadas e divididas nas subunidades da empresa, dessa forma, esse planejamento pode ser visto como a efetuação, através de documentos redigidos, das metodologias definidas e suas formas de implantação, ou seja, os planos de ação usados.

Conforme Valverde, Chiareto e Goulart (2019), o planejamento financeiro pode ser entendido como uma ferramenta utilizada dentro do processo de tomada de decisão no qual a responsabilidade é colocada dentro da administração da empresa, e assim fica responsável por definir e dividir com o resto da equipe o modo como o planejamento for definido com tempo suficiente para que o que foi definido no planejamento possa ocorrer.

Dessa maneira, a partir de uma outra visão, entendem que o planejamento financeiro possui grande influência em suas aplicações dentro de uma empresa, uma vez que ele coloca em evidência o objetivo de prestar auxílio e fornecer informações que serão utilizadas durante os processos de orientação, controle e planejamento da empresa, o que por consequência, contribui para que a instituição alcance as metas definidas por ela.

Com isso, a procura pela realização de um planejamento financeiro ocorre, em grande parte das vezes, pela motivação de buscar evitar que possíveis equívocos financeiros futuros ocorram de forma constante, para que assim, a empresa possa conseguir alcançar objetivos mais rentáveis para ela, para isso, é importante que o

processo de desenvolvimento de planejamento financeiro seja embasado na realidade e contexto da organização que o está desenvolvendo.

Consoante Lima e Tomé (2018), durante a criação de um planejamento financeiro é importante que as decisões sejam realizadas levando em consideração fatores como os orçamentos de caixa e suas projeções, uma vez que esses controles da instituição demonstram como está a sua situação financeira tanto no momento atual como as expectativas futuras.

Assim um dos diferenciais que o planejamento financeiro oferece às empresas, que optam por fazer a sua utilização é a presença da antecipação das possíveis ocorrências futuras sendo consideradas dentro desse planejamento, desse modo para que os objetivos que são desejados por parte da empresa possam ser alcançados, dentro do planejamento financeiro é feita a utilização de ferramentas como o constante controle do fluxo de caixa, buscando prevenir que ocorrências futuras sejam muito prejudiciais à saúde financeira da empresa, além de permitir um maior embasamento durante o processo de tomada de decisões da empresa.

De acordo com Santos (2015) a administração se refere a forma como um empresário conduz a sua empresa, o planejamento seria a forma pelas quais as metas serão atingidas, então pode-se entender o planejamento como uma previsão do futuro do que a empresa aspira alcançar e, a partir disso, é possível concluir que de forma geral, pode-se definir o planejamento financeiro como uma forma de controle futuro das movimentações econômicas.

Dessa forma um exemplo dessa situação são, compras de estoque, despesas com energia e locação, vendas de mercadorias e eventuais lucros ou prejuízos, com o objetivo de permitir que a empresa se programe da melhor maneira possível sobre como reagir a imprevistos, perdas acima do normal e como investir os eventuais lucros que a organização tenha para garantir que seu desenvolvimento no mercado competitivo ocorra de forma sustentável, seguro e confiável.

4.1 As características do planejamento financeiro

Segundo Santos (2015) a base para a realização de um bom planejamento financeiro começa com os orçamentos principalmente em áreas que possuem como foco vendas, produção e custos, portanto é possível inferir, que ter conhecimento das receitas e das despesas esperadas no futuro permite que o planejamento financeiro

seja elaborado com maior certeza e eficácia, principalmente nos casos de organizações que possuam arrecadações e gastos muito variáveis.

Além disso, outro dado que será de grande ajuda para a realização de um bom planejamento financeiro são as informações referentes às receitas e despesas nos períodos anteriores, já que, através delas é possível definir os padrões positivos e negativos que a organização possui em sua forma de atuação e condução de sua economia, permitindo identificar os pontos que devem receber ênfase pelo responsável por desenvolver o planejamento.

Ainda segundo Santos (2015), para elaboração do planejamento financeiro de uma empresa, em grande parte das vezes, serão considerados 3 cenários possíveis: Primeiro cenário, esse será o pior cenário, portanto deve-se antecipar os piores contextos possíveis, ou seja, situação econômica mundial decadente, desastres naturais, crises políticas, arrecadação em valores muito abaixo do normal, declaração de falência, entre outros contextos, então nesse cenário se consideram os fatores externos e internos mais desfavoráveis para o bem-estar econômico da empresa.

Segundo cenário, nesse caso deve ser levada em consideração o usual, ou em outras palavras, o conjunto de fatores externos e internos mais prováveis de ocorrer, como por exemplo, arrecadação dentro das médias prévias, contexto político-econômico nos padrões da região, em função disso, é nesse cenário que a empresa considera as condições mais comuns para o crescimento da organização.

Terceiro cenário, esse será o melhor cenário possível, nesse caso são levados em consideração os melhores contextos possíveis, ou seja, arrecadação acima do usual, crescimento econômico da região, políticas de incentivo a economia, entre outros, o que por consequência, significa nesse cenário se encontra as melhores condições para o crescimento da empresa.

Nesse sentido, a empresa estará preparada para as mais diversas variações nos seus fatores internos e externos se tornando capaz de responder a adversidades e sabendo como reagir a entrada mais alta de dinheiro, uma vez que, ela terá desenvolvido dois planejamentos para situações extremas, e geralmente improváveis, tanto negativas (Primeiro cenário) quanto positivas (Terceiro cenário), além de ter se preparado caso a situação normal continue a ocorrer.

Da mesma maneira, de acordo com Lima e Tomé (2018), existem dois fatores de grande importância dentro do processo de desenvolvimento de um planejamento financeiro, sendo eles: O planejamento de caixa e o planejamento de resultados, com

isso, o primeiro é relacionado à como criação de um orçamento de caixa para a empresa, enquanto o segundo, necessita que a empresa faça o desenvolvimento de demonstrações projetadas de seus possíveis resultados futuros, assim, devido a essas características esses fatores possuem grande utilidade durante a criação do planejamento financeiro interno da empresa.

Segundo Valverde, Chiareto e Goulart (2019), uma outra característica relevante dentro do planejamento financeiro é o fato que a avaliação do planejamento desenvolvido só será realizada de forma efetiva se os responsáveis pelo sua criação e os administradores, gestores ou proprietários reconheçam a utilidade que deve ser atribuída ao planejamento dentro das atividades realizadas pela empresa, o que pode evidenciar como a cultura organizacional da sociedade está afetando os indivíduos que avaliam o planejamento financeiro e que ficam responsáveis pelo processo de tomada de decisões da instituição.

Desse modo, Valverde, Chiareto e Goulart (2019) enfatizam como durante o processo de produção do planejamento financeiro, bem como durante o processo de implementação de ajustes e adição de novas ideias para aprimoração do planejamento, caso tanto os administradores, gestores, proprietários, como os indivíduos responsáveis por desenvolver esse planejamento não demonstrarem aplicar a relevância e importância devidas ao planejamento financeiro em desenvolvimento, esses processos possuirão grandes riscos de não serem realizados de forma correta, causando, por consequência, uma atribuição e absorção incorreta ou incompleta dos objetivos do planejamento por parte dos funcionários e setores da empresa.

Sendo assim é evidenciada a importância do constante diálogo com os funcionários da empresa, com o objetivo de criar uma corrente de ações e incentivos que, em grande parte das vezes, permitirá que as metas fiquem alinhadas para todos o que por consequência, facilitará os processos realizados dentro do planejamento financeiro da empresa, bem como ajudará o processo de tomada de decisão da empresa a se tornar mais eficiente.

4.2 Os tipos do planejamento financeiro

Dentro das finanças de uma organização existem inúmeras previsões de receitas e despesas, no entanto o quanto no futuro esses fatos vão ocorrer é um fator

de grande importância com relação a forma como elas serão planejadas, com isso, essas receitas e despesas podem ocorrer a curto prazo ou a longo prazo, e devido a isso existem, segundo Teixeira (2016) o planejamento financeiro a curto prazo e o planejamento financeiro a longo prazo.

Dessa forma, o planejamento financeiro a curto prazo pode ser visto como o mais importante dentro de uma ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte), uma vez que, é o mais simples de ser implantado dentro da empresa, além de poder ajudar na taxa de sobrevivência dessas empresas, já que, envolve planejamentos de 1 a 2 anos no futuro, período de maior dificuldade para empresas que acabara de ser abertas.

De forma adicional, o planejamento financeiro a curto prazo tem como um dos seus objetivos a manutenção do saldo de caixa da empresa, com isso, segundo Santos (2015) em seu dia a dia as empresas possuem grande variação em suas contas, uma vez que, em períodos de alta sazonalidade, existe o aumento do caixa, do giro de estoque e das contas a receber, enquanto nos períodos de baixa sazonalidade, existe um menor crescimento do caixa, do giro estoque e das contas a receber. Então conclui-se que, as empresas precisam buscar manter a capacidade econômica de seus caixas para conseguirem arcar com suas obrigações a curto prazo.

Considerando essa situação existem algumas táticas que auxiliam nessa tarefa que são, a gestão de recebimentos e pagamentos - nessa ferramenta busca-se adiantar os recebimentos ao passo que se adianta ao máximo a data dos pagamentos, a administração de estoques, essa é uma tática importante, uma vez que permite a organização garantir a existência de mercadorias a seus clientes, entretanto, é importante entender que o estoque quando parado não gera lucros e pode se tornar prejudicial à empresa por isso é preciso saber avaliar o nível de importância do estoque na área de atuação da empresa, o que pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1: Relevância dos investimentos em estoques nas empresas

Tipo de empresa	Relevância dos estoques
Industrial	Grande
Comercial	Grande
Serviços	Média a Pequena

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado Santos (2015)

De acordo com Santos (2015), o planejamento financeiro a longo prazo tem como principal objetivo aderir metas para ser cumpridas no presente com o propósito de alcançar resultados no futuro, em outras palavras, esse planejamento a longo prazo busca melhorar a situação futura de uma organização, por meio do uso de metas para a melhora da situação presente dessa empresa, assim, essa evolução ocorreria como consequência dessas metas traçadas.

Segundo Teixeira (2016) esse planejamento a longo prazo busca prever as implicações dos planos de ação definidos pela empresa com relação ao seu bem-estar econômico, além de definir a viabilidade econômica para a realização dessas ações, que geralmente variam de 2 a 10 anos no futuro, através dos dados contábeis que a empresa possui.

Dessa maneira, pode-se inferir que esse planejamento se refere a planos de marketing, criação de novos produtos e serviços, e mudanças que podem ter maior influência na área econômica da empresa, assim, devido a isso, essa forma de planejamento acaba exigindo muitos recursos da organização para ser realizado, o que dificulta sua implantação por alguns tipos de empresas.

Por isso, um dos pontos mais importantes para a realização de um planejamento financeiro a longo prazo eficiente é necessidade da criação de um bom orçamento de capital, uma vez que, segundo Souza, Schnorrenberger e Lunkes (2016), o orçamento de capital procura permitir que a empresa realize investimentos não só pois eles são vistos como rentáveis pelas projeções, mas devido a eles também serem importantes para a estabilidade e capacidade competitiva da organização.

Então pode-se perceber que dentro desse planejamento, o orçamento de capital tem como papel definir investimentos a longo prazo que podem ser realizados pela empresa e que não só trarão à organização resultados financeiros e lucros de forma direta, mas também ajudarão a empresa em suas relações dentro da competição do mercado, trazendo vantagens a mesma que poderão ser usadas a favor da empresa que realizou o orçamento de capital, como por exemplo, a redução de custos, a melhora da continuidade da empresa, entrada em novos mercados.

Assim, de acordo Santos (2015), é de fundamental importância que durante o processo de desenvolvimento de um orçamento de capital, dentro de uma empresa sejam seguidos os passos recomendados que seriam: A geração de propostas, o plano de alternativa de viabilidade, a tomada de decisão, o processo de implantação

e a avaliação do projeto, que são apresentados de forma mais específica dentro da figura 3.



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado Santos (2015)

4.3 O planejamento financeiro em microempresas e pequenas empresas

As práticas de planejamento, de acordo com Priore (2015), não ocorrem como um processo formal nas empresas de menor porte, ou seja, esses padrões são feitos

de forma inconsciente pelos administradores em suas tentativas de gerir seus negócios, no entanto, esse planejamento involuntário acaba não sendo suficiente para manter o funcionamento da organização.

Nesse sentido, principalmente no período em que a economia foi tão influenciada pelos efeitos do Novo Coronavírus, as microempresas e as empresas de pequeno porte, devido a seus recursos geralmente reduzidos, acabam sendo uma das primeiras a sofrerem esses impactos, encolhendo ainda mais os recursos disponíveis que essas empresas possuem a disposição.

Desse modo, por exemplo, o planejamento financeiro de curto prazo é uma ferramenta que pode ser de grande ajuda dentro das microempresas e empresas de pequeno porte, levando em consideração as dificuldades que elas geralmente possuem, uma vez que o período de maior número de problemas para essas empresas são os seus 2 primeiros anos após a constituição.

Outro ponto do planejamento financeiro que ajudaria essas empresas, segundo Costa, Costa e Santos (2015), seria a realização das demonstrações contábeis, como por exemplo o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício (DRE), já que, essas demonstrações geram informações importantes sobre a saúde econômica da empresa, que podem ser usadas para a definição das metas, objetivos, também usadas nos orçamentos realizados.

Dessa forma o balanço patrimonial, segundo Alencar e Dias (2019), pode ser visto como a demonstração contábil de maior importância dentro do contexto das empresas, já que, ele permite identificar a real situação patrimonial da empresa ao final de cada exercício, através da relação entre os ativos (bens e direitos) e os passivos (obrigações) da empresa. Assim, pode-se dizer que, com base no balanço patrimonial, os administradores das ME e EPP poderão tomar decisões mais assertivas, uma vez que, possuirão mais informações sobre as finanças da empresa.

Além disso, conforme Miura et al (2023), o processo de análise do balanço patrimonial de uma empresa permite que obtenha dados, de grande importância, contidos tanto no balanço como na DRE, que poderão ser convertidos em informações capazes de auxiliar os gestores, proprietários ou responsáveis pelo desenvolvimento do planejamento financeiro, durante o processo de desenvolvimento, implementação e tomadas de decisão relacionadas ao planejamento financeiro a ser utilizado na organização.

Outra contribuição que a realização do balanço patrimonial e, por consequência, a sua análise nas empresas é que através da observação dos resultados de exercícios anteriores é possível perceber se a organização está conseguindo ter vantagem com relação às outras empresas dentro de sua área de atuação, ou se ela está tendo resultados fracos de forma constante, assim, a partir dessas informações, o planejamento financeiro da empresa pode ser adaptado levando em consideração possibilidades futuras de renda mais realistas no contexto da empresa e do mercado em que ela está inserida.

A demonstração do resultado do exercício, conforme Costa, Costa e Santos (2015), é o instrumento usado para evidenciar e apurar os lucros ou prejuízos de uma empresa em determinado período, por meio do confronto das receitas e despesas, dessa forma, essa demonstração permite que a gerência, proprietários ou os responsáveis pelo desenvolvimento do planejamento financeiro de uma ME ou EPP consigam auxiliá-la com maior eficiência.

Assim, conforme Andrade (2020), as informações da DRE podem ser usadas como fundamento para o desenvolvimento do planejamento financeiro de uma empresa, uma vez que essa forma de planejamento tem como objetivo trazer efeitos positivos para a saúde financeira da empresa em exercícios posteriores, e a DRE contribui com esse objetivo ao permitir a visualização do panorama da relação das receitas, despesas, tributos, e então do lucro ou prejuízo em um determinado exercício.

Diante do exposto, através dessas informações fornecidas pela contabilidade, o planejamento financeiro pode ser elaborado e ajustado com o controle sobre as prováveis alterações tanto internas como externas, com a finalidade de facilitar as alterações no planejamento financeiro que sejam necessárias para alcançar o seu objetivo.

De forma adicional, segundo Oliveira (2017), uma vantagem de se elaborar a DRE é a verificação da situação financeira do negócio e como estão sendo os resultados dos investimentos realizados e planejamentos definidos, o que, por consequência, permite aos responsáveis pelo desenvolvimento do planejamento financeiro visualizar a viabilidade e resultados momentâneos das estratégias definidas, assim, percebe-se que a realização correta de uma DRE traz informações relevantes e importantes para os processos de tomada de decisão da empresa.

Outra ferramenta que pode auxiliar de forma benéfica o planejamento financeiro das micro e pequenas empresas é o controle do fluxo de caixa do negócio, feito a partir das informações econômicas da organização, já que, o fluxo de caixa demonstra-se como um procedimento de grande importância dentro do processo de gestão financeira, e por consequência, dos momentos decisórios.

O fluxo de caixa ou *cash flow*, de acordo com Dagostin (2018), equivale a um planejamento dos fluxos de entradas e saídas do caixa de uma empresa, em grande parte das vezes dentro de um período de curto prazo, o que permite a ampliação do panorama de negócios por parte da organização durante os seus processos de tomada de decisões.

Além disso, segundo Dagostin (2018), durante a realização do controle de fluxo de caixa, é importante que a preocupação não seja exclusiva com a parte financeira da empresa, mas que também considere as outras áreas presentes dentro da empresa, como por exemplo, o setor de compras, de produções, de venda, de cobranças financeiras e qualquer outra área da empresa que possa ter influência dentro da movimentação do caixa.

Dessa maneira segundo Castro et al (2020), o grau de precisão que os controles de fluxo de caixa possuem afeta, de forma direta, a qualidade do planejamento financeiro da empresa, uma vez que os dados relacionados a liquidez e com o controle de riscos são fundamentados em dados financeiros de grande densidade, fornecidos em grande parte das vezes pela contabilidade de empresa, o que por consequência evidencia como grande parte do planejamento financeiro podem ser derivados do controle do fluxo de caixa, o que significa que é de interesse da empresa realizá-lo de forma tanto consistente como confiável.

Por conseguinte, através da realização do planejamento financeiro essas empresas podem passar a possuir controle sobre as suas receitas e despesas, aumentando a probabilidade dos recursos disponíveis aumentarem, o que facilitará o processo de administração da organização, permitindo a realização de novos investimentos em produtos ou serviços mais atualizados e de maior qualidade.

4.4 Os indicadores financeiros

Segundo Costa et al (2023), os indicadores financeiros possuem como principal finalidade a retirada de informações que podem ser consideradas importantes durante

os processos de análises financeiras de um negócio, tais informações que, em grande parte das vezes, não se revelam de forma aparente através das constatações mais superficiais fornecidas pelas demonstrações contábeis.

Com isso, dentro do ordenamento do planejamento financeiro esses indicadores dispõem de métricas que tornam possível a avaliação do nível de desenvolvimento, além da situação atuação que uma organização se depara em um certo intervalo de tempo, com a finalidade de auxiliar durante as disponíveis decisões financeiras tanto no curto prazo como em médio e longo prazo, assim, dentre os indicadores financeiros, no contexto do auxílio às micro e pequenas empresas, merecem destaque os índices de liquidez e os índices de rentabilidade.

Nesse sentido, ainda sobre a visão de Costa et al (2023), esses índices financeiros podem ser destacados devido ao fato de que a gestão financeira das empresas tem como objetivo obter recursos que, de preferência, possuam altos níveis de rentabilidade bem como de liquidez e ao mesmo tempo tentando atingir o equilíbrio entre ambos, uma vez que, essa natureza mais genérica fornece ao negócio uma perspectiva mais integral da verdadeira situação das finanças da empresa em relação a sua capacidade tanto de gerar capital como de quitar as suas dívidas.

4.4.1 Os indicadores de liquidez

De acordo com Costa et al (2023), os indicadores de liquidez são importantes ferramentas que tornam possível realizar análises com relação às capacidades de pagamento das obrigações de uma empresa, fazendo o uso das informações contábeis da empresa, colocando em evidência, por consequência, a sua capacidade de solvência.

Dessa forma, pode-se afirmar que esses indicadores buscam apresentar a situação financeira de um negócio, possibilitando análises de várias situações financeiras em que a empresa pode se encontrar, assim tornando possível uma análise dos recursos que a empresa possui, com o objetivo de reconhecer possíveis falhas nos atuais planos de atuação da empresa.

No contexto dos indicadores de liquidez, segundo Costa et al (2023), pode-se afirmar que existem três possíveis cenários ou resultados para uma empresa após a aplicação das fórmulas desses indicadores, sendo eles: Uma liquidez acima de 1, que tem como significado o fato de que a empresa tem condições de pagar suas

obrigações e ainda possuir sobras após o pagamento. Uma liquidez menor do que 1, que representa o fato de que na situação analisada, a empresa não possui condições de pagar suas obrigações e por isso deve encontrar formas de gerar novos recursos. Uma liquidez igual a 1, que evidencia o fato de que a empresa, com seus recursos atuais, consegue pagar suas obrigações, no entanto, após esse pagamento ela não teria mais recursos de sobra.

Desse modo, os principais indicadores de liquidez a serem destacados, no contexto das micro e pequenas empresas, são como apresentados no quadro 2:

Quadro 2: Indicadores de liquidez

Liquidez	Fórmula
Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$
Liquidez geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$
Liquidez imediata	$\frac{\text{Caixa e Equivalentes}}{\text{Passivo Circulante}}$

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado Visaoadm (2017)

A liquidez corrente, que pode ser entendida como sendo a razão entre as posses do ativo circulante e do passivo circulante, e assim, representando quanto de ativo circulante uma empresa possuiria para cada R\$ 1,00 de seu passivo circulante, sendo assim, uma análise da capacidade de um negócio pagar suas obrigações de curto prazo apenas com seus recursos de curto prazo, como seu dinheiro em caixa ou bancos. (Costa et al, 2023)

A Liquidez Geral, que pode ser vista como a razão da soma entre o ativo circulante e realizável a longo prazo e da soma do passivo circulante e do exigível a longo prazo, buscando evidenciar a capacidade da organização de pagar suas obrigações a curto e longo prazo. (Cunha e Silva, 2019)

A liquidez imediata, que é obtida através da razão entre as disponibilidades imediatas do caixa e o seu passivo circulante, com a finalidade de analisar se uma empresa consegue pagar suas obrigações de curto prazo fazendo uso apenas de suas disponibilidades imediatas de caixa. (Cunha e Silva, 2019)

A liquidez seca, que pode ser entendida como a relação entre ativo circulante subtraídos dos seus estoques com os passivos circulantes, tendo o objetivo de evidenciar de forma completa o potencial de uma organização pagar suas obrigações a curto prazo, com o uso apenas dos ativos que possuem maior facilidade para se transformarem em dinheiro. (Costa et al, 2023)

4.4.2 Os indicadores de rentabilidade

Segundo Costa et al (2023) os indicadores de rentabilidade podem ser entendidos como métodos que mostram as influências ocorridas entre os ganhos do negócio e vários elementos utilizados como base durante a confecção da relação. Assim, esses indicadores buscam evidenciar a quantidade que os investimentos realizados dentro da empresa estão gerando de renda para ela, o que, por consequência, significa que, no contexto desses indicadores, quanto maior os resultados obtidos, maior será a renda obtida pela organização.

Dentro do contexto das micro e pequenas empresas, Costa et al (2023) ressalta o indicador do Retorno sobre o investimento (ROI), que tem como principal finalidade mostrar qual está sendo a performance que o capital investido possui no negócio, seja ele de terceiros ou da própria empresa, para isso, esse indicador é descoberto ao se realizar a razão entre o lucro líquido da empresa e seu ativo total, após identificá-los, então realiza-se a multiplicação do resultado obtido por 100, como observado abaixo.

$$\text{ROI} = [(\text{Receita} - \text{Custos}) / \text{Custos}] \times 100$$

De acordo com Milan (2023), a margem de contribuição também poder ser um indicador muito importante dentro do processo de planejamento financeiro de uma empresa, uma vez que ele evidencia a quantidade restante das receitas de vendas ou produção para que um negócio possa arcar com os seus gastos fixos e então poder gerar lucro, o que significa que quanto maior o resultado obtido, melhor será para a eficiência do negócio, com isso, é necessário subtrair da receita de vendas da empresa os seus gastos variáveis, ou seja, seus custos de despesas variáveis, assim a margem de contribuição também pode ser vista como sendo:

$$\text{MC} = \text{Receita de Vendas} - (\text{Custos Variáveis} + \text{Despesas Variáveis})$$

5 METODOLOGIA

Devido ao motivo da busca por uma discussão sobre como o planejamento financeiro pode ser uma importante ferramenta na gestão de micro e pequenas empresas, a metodologia usada para essa pesquisa foi uma revisão bibliográfica, uma vez que, permite a realização de um estudo aprofundado sobre os efeitos causados pela implementação dessa ferramenta dentro desse tipo de empresa, já que,

“Ao propiciar encontro de pesquisas com similaridades, assim como análise da metodologia utilizada, a revisão oportuniza aos pesquisadores a elaboração de textos a partir de uma perspectiva histórica sobre determinado tema, tanto em nível nacional quanto internacional.” (Dorsa, 2020, p. 1)

Outrossim, o estudo possuirá um propósito exploratório, já que, busca-se desvendar os fatores que causam ou cooperam com a ocorrência de certas ocorrências nas micro e pequenas empresas e como essas ocorrências impactam dentro da organização, o assunto abordado nessa pesquisa possui um enfoque quantitativo, pelo motivo de que, é um enfoque que ajuda no entendimento mais profundo dos dados apresentados na pesquisa, como ressaltado por Pereira e Ortigão (2016) “Pesquisas quantitativas são indicadas para responder a questionamentos que passam por conhecer o grau e a abrangência de determinados traços em uma população.”

Dessa forma, para confecção e complementação desta pesquisa foi necessária a pesquisa de artigos e publicações científicas técnicas pesquisados através do buscador Google Acadêmico e Scielo fazendo o uso de palavras chaves relacionadas com os temas de economia, contabilidade, administração, planejamento e finanças totalizando um total de 84 publicações científicas sobre o estudo da pesquisa realizada e após maior análise foram descartadas 34 das publicações e utilizadas 50 dessas publicações para a confecção desse estudo, utilizando como motivo para a escolha e descarte das publicações científicas o seu ano de publicação, compatibilidade com o tema do presente estudo, qualidade do conteúdo a ser agregado a pesquisa e facilidade para compreensão do leitor.

Além disso, o período de coleta dos dados utilizados dentro do estudo foi realizado durante o intervalo de outubro de 2021 até maio de 2024. Enquanto o intervalo de abrangência das publicações científicas utilizadas nessa pesquisa de conclusão de curso foi de 2014 a 2024.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir disso, de acordo com as informações da Agência Sebrae de Notícias (ASN, 2022), as empresas desse porte são responsáveis pela marca de 72% de todos os empregos gerados na economia do país, além disso, as microempresas e empresas de pequeno porte são responsáveis também por uma influência de 30% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, além de que também representam uma fração de 99% de todos os empreendimentos realizados dentro do país, correspondendo a um total de 18,5 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil durante o período da pesquisa.

Quadro 3: Influência das ME e EPP em 2022

Influência	Quantidade
Empregos gerados	72%
Influência no PIB	30%
% no total de empresas	99%
Total de empreendimentos em 2022	18,5 milhões

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado ASN (2022)

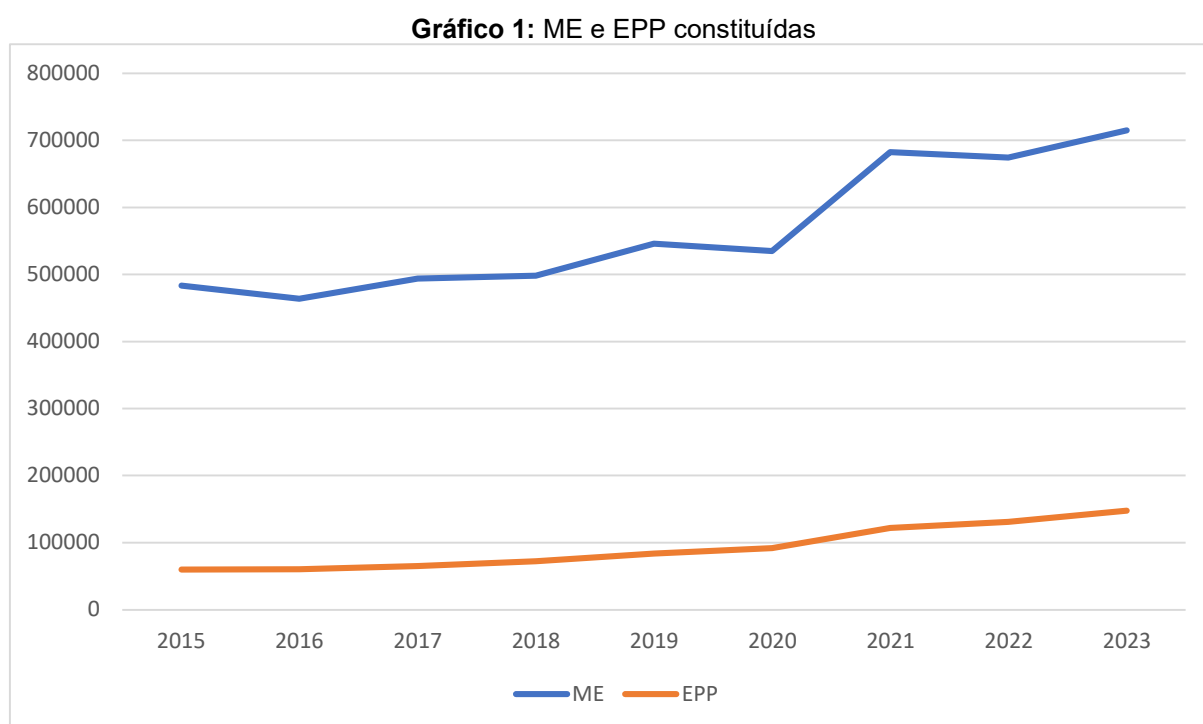
A partir desses dados apresentados, percebe-se como tanto as microempresas como as empresas de pequeno porte possuem grande representação dentro da economia brasileira, abrangendo tanto a grande maioria dos empregos gerados dentro do país, como representando os portes de empresas mais presentes dentro do contexto brasileiro.

Da mesma maneira, em grande parte, é devido aos negócios desse porte que o país tem a capacidade de recuperar os níveis de empregos que foram perdidos durante os momentos de crise, bem como consegue recuperar tanto a movimentação e geração de renda, ademais, isso é comprovado por meio da pesquisa realizada pelo Sebrae, com relação ao ano de 2023, que evidencia como as microempresas e

empresas de pequeno porte são responsáveis por, em média, 7 de cada 10 empregos que são gerados dentro da economia brasileira.

Dessa forma, isso revela, por consequência, como é fundamental buscar a redução das microempresas e empresas de pequeno porte que encerram suas atividades em seus primeiros anos, uma vez que esse fenômeno traz ainda mais instabilidades para a economia nacional, assim, como apresentado, o planejamento financeiro permite que essas empresas assumam maior controle de suas finanças, auxiliando-as a se tornarem empresas mais rentáveis.

Além disso, com relação a essa importância e influência dessas empresas dentro da economia brasileira, segundo os dados da Agência Sebrae de Notícias (ASN, 2024), apenas durante o ano de 2023 houve o registro de 859 mil microempresas e empresas de pequeno porte sendo constituídas dentro do Brasil, o que significou um aumento de 6,62% quando comparado com o ano anterior, em que foram constituídas 805,6 mil empresas. Ou seja, durante o ano de 2023 foram abertas 2,3 mil microempresas e empresas de pequeno porte por dia em média.



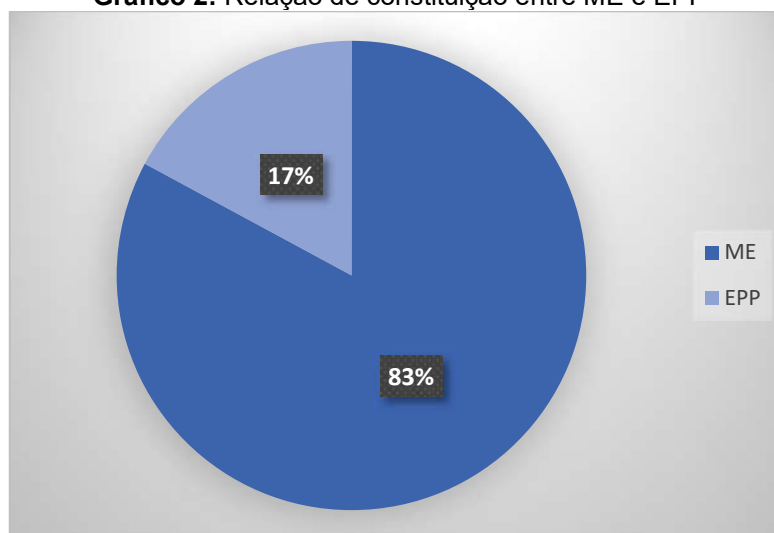
Fonte: Elaborado pelo autor adaptado ASN (2024), SEBRAE (2021) e GOV (2022)

Nesse sentido, com base nas informações apresentadas, reconhece-se que as microempresas e empresas de pequeno porte nos dias atuais não só já representam uma grande parte da economia do Brasil exercendo alta influência sobre a mesma,

mas também vem sendo constituídas em taxas cada vez maiores ao passar dos anos, o que demonstra como no futuro a economia brasileira pode se tornar ainda mais influenciada pelos resultados das empresas desses portes.

Considerando isso, segundo Agência Sebrae de Notícias (ASN, 2024), de forma mais detalhada, dentro das 859 mil empresas que foram abertas em 2023, 715 mil foram apenas microempresas sendo constituídas, o que representa um aumento de aproximadamente 6% com relação às 674,5 mil empresas abertas em 2022, enquanto com relação às empresas de pequeno porte, foram constituídas 147,7 mil empresas durante 2023, o que significa um aumento de 9,69% quando comparado as 131 mil empresas abertas durante o ano de 2022, como visualizado no gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 2: Relação de constituição entre ME e EPP



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado ASN (2024)

Desse modo, percebe-se como as microempresas são ainda mais constituídas em relação às empresas de pequeno porte, e que por esse motivo ainda representam maior dentro da economia nacional, no entanto, também se nota como as Empresas de Pequeno Porte possuíram um aumento de sua taxa em seu crescimento de constituições 3% maior em comparação com as microempresas.

Haja vista, de acordo com a Agência Sebrae de Notícias (ASN, 2024), com relação às micro e pequenas empresas, o registro de atividades que ocorreu com maior frequência em 2023 foram empresas do setor de serviços, sendo que atividade com mais empresas abertas foram as “Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos” com um total de 48.782 negócios abertos em 2023,

seguida pelos “Serviços combinados de escritório e apoio administrativo” com 38.619 empresas constituídas em 2023 e em terceiro o ramo dos “Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas” com 37.600 negócios constituídos.

Quadro 4: Atividades com mais registros em 2023

Atividade	Registros
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	48782,00
Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	38619,00
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	37600,00
Atividades de profissionais da área de saúde exceto médicos e odontólogos	36540,00
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	22852,00
Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	21100,00
Transporte rodoviário de carga	19966,00
Atividades de ensino não especificadas anteriormente	19320,00
Serviços de engenharia	16445,00
Atividades de consultoria em gestão empresarial	16225,00

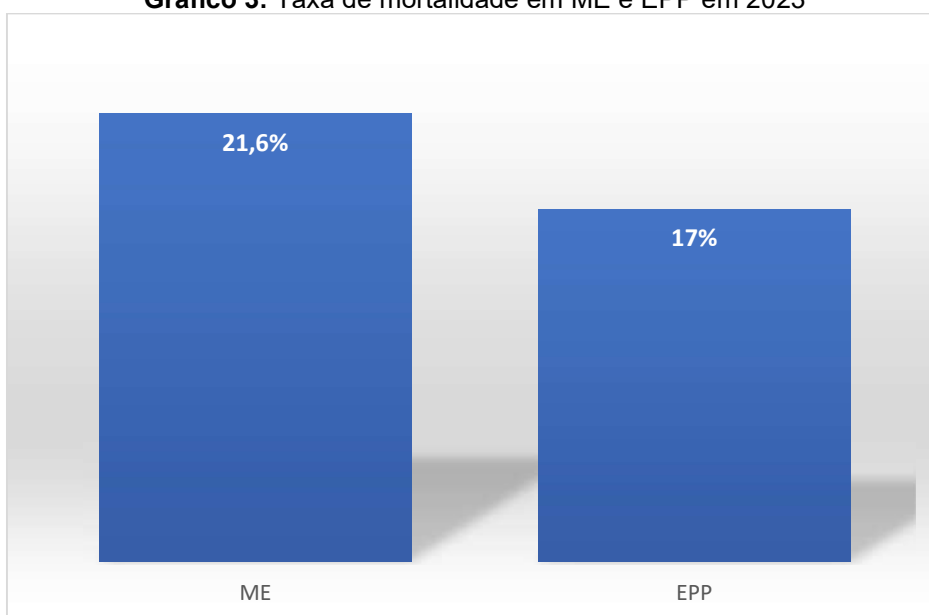
Fonte: Elaborado pelo autor adaptado ASN (2024)

Pode-se reconhecer como, dentro do contexto das microempresas e empresas de pequeno porte, as atividades mais iniciadas tendem a ser aquelas que oferecem auxílio médico a sociedade através de consultórios médicos; prestem serviços que

auxiliem as administrações de empresas como no caso de escritórios de contabilidade e que ofereçam itens de interesse geral de sociedade, como ocorre com os restaurantes e estabelecimentos de alimentação.

Dentro do contexto brasileiro, de acordo com SEBRAE (2023), através de uma pesquisa entre os anos de 2018 à 2021 foi possível verificar que as microempresas possuem uma taxa de mortalidade de 21,6% nos primeiros 5 anos do início das atividades da empresa, enquanto essa taxa para as empresas de pequeno porte foi equivalente a 17% em até 5 anos do início das atividades da empresa. Além disso, o setor de comércio é o que possui a maior taxa de mortalidade com 30,2%, seguida pela área de transformação que apresentou uma taxa de mortalidade de 27,3%, também tendo em terceiro lugar o setor dos serviços que apresentou uma taxa de 26,6%.

Gráfico 3: Taxa de mortalidade em ME e EPP em 2023



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado SEBRAE (2023)

Dessa forma, compreende-se que apesar de as microempresas serem o porte de empresa mais constituído em relação às empresas de pequeno porte, elas também são as empresas que possuem a maior probabilidade de encerrarem suas atividades em seus primeiros anos de funcionamento, no entanto, também percebe-se que a diferença nas taxas de mortalidades entre as microempresas e empresas de pequeno porte não é tão significativa como ocorre na diferença entre as taxas de constituição de ambos portes de empresas.

Quadro 5: Atividades com maior taxa de mortalidade

Atividade	%
setor de comercio	30,20%
área de transformação	27,30%
setor dos serviços	26,60%

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado SEBRAE (2023)

Em vista das informações apresentadas, percebe-se que dentre as atividades das micro e pequenas empresas que acabam realizando o encerramento de suas atividades, são mais representadas aquelas que possuem maior dependência da capacidade e disposição de compra do consumidor final, como ocorre com o setor do comércio, em restaurantes; na área de transformação, com o setor automobilístico e dentro do setor de serviços que depende da disponibilidade do consumidor em desejar usufruir dos serviços oferecidos, como ocorre, nos escritórios de contabilidade.

Além disso, como são as organizações que mais são constituídas por ano no Brasil, é importante que essas organizações adotem práticas que as tornem sustentáveis dentro do contexto do mercado, já que, mesmo sendo os tipos de empresas que mais são abertas, elas também são as empresas que mais encerram as suas atividades no Brasil, segundo pesquisa do SEBRAE (2016) só durante o ano de 2016, a taxa de sobrevivência dos microempreendedores após 2 anos de funcionamento foi de apenas 55%.

Outrossim, segundo SEBRAE (2023), existem inúmeras razões que podem ser utilizadas para justificar a ocorrência da falência dentro de uma empresa, assim, dentre esses fatores podem ser ressaltados, o pouco preparo pessoal, deficiência ao realizar o planejamento do negócio, uma vez que, segundo a pesquisa, 17% dos empreendedores entrevistados revelaram não ter realizado nenhuma forma de planejamento ao constituir a empresa, enquanto 59% revelaram terem realizado um planejamento para apenas no máximo 6 meses.

A partir das informações apresentadas ao longo deste estudo é possível realizar uma análise de como a utilização do planejamento financeiro, baseado em informações contábeis, é capaz de trazer efeitos benéficos significativos para as micro e pequenas empresas que decidam fazer a utilização dessa ferramenta dentro de suas atividades.

À vista disso, através da utilização dos variados tipos de planejamento financeiro, uma microempresa ou empresa de pequeno porte consegue estar preparada para as mais variadas situações que possam vir a ocorrer, tanto dentro do mercado em que ela está inserida como no mercado em geral, uma vez que através do planejamento financeiro de curto prazo, essas empresas conseguem manter um melhor controle de seus caixas, o que por consequência, significa que elas se tornam capazes de criarem uma reserva de emergência para empresa com maior facilidade, o que ajuda o negócio a ser capaz de arcar com situações inesperadas com maior facilidade.

Adicionalmente, por meio do planejamento financeiro a longo prazo, as micro e pequenas empresas podem planejar as suas estratégias para um crescimento sustentável e viável da situação atual em que elas se encontram, o que auxilia essas empresas por meio da definição de um projeto de crescimento realista no contexto do negócio implantando, o planejamento financeiro e que leve em consideração as particularidades da organização.

Dessa maneira, para o desenvolvimento eficiente de um planejamento financeiro, faz-se necessário o uso de métodos e ferramentas que ofereçam informações relevantes com relação a situação atual e passada, tanto financeira como econômica da empresa, a partir disso, a contabilidade e suas ferramentas como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício (DRE), e a análise do fluxo de caixa, oferecem informações importantes sobre as particularidades da empresa permitindo que o planejamento financeiro seja realizado e adaptado, quando necessário, de forma embasada nessas informações fornecidas pela contabilidade, além disso, o uso dos indicadores financeiros oferece um meio de se confirmar como está sendo a efetividade do planejamento financeiro na situação econômica da empresa.

Assim, o uso do planejamento financeiro, com base em dados da contabilidade, dentro das microempresas e empresas de pequeno porte, oferece uma poderosa ferramenta tanto de controle das finanças como da economia do negócio evitando que essas empresas fechem em seus primeiros anos, a partir de um melhor controle de suas finanças, como também um instrumento que auxilia essas empresas a crescerem, tanto de forma sustentável como viável, no mercado em que estão inseridas por causa das análises realizadas para o desenvolvimento do planejamento financeiro da empresa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse estudo, é possível perceber que o planejamento foi criado com o objetivo de permitir que as empresas passem a atuar buscando atingir metas e objetivos definidos, baseando suas decisões em informações da saúde financeira da empresa.

Com isso, várias ramificações de planejamento foram criadas, dentro delas está o planejamento financeiro, que seria a versão de planejamento que foca em definir os planos de ação, as metas e os objetivos financeiros que a organização tentará alcançar e prever as possíveis receitas e despesas da empresa, considerando múltiplas possibilidades de contextos que possam interferir no funcionamento econômico da organização, para definir possíveis respostas a situação.

Assim, um exemplo dessa situação seria uma empresa que realizava o planejamento financeiro, diante da pandemia do novo Coronavírus, caso o planejamento tenha sido efetuado de forma correta, essa empresa muito provavelmente sentirá menos os efeitos provocados na economia pela pandemia do que outras empresas que foram surpreendidas pela mudança econômica repentina, já que, essa empresa terá realizado o desenvolvimento de um plano de ação sobre como reagir diante de uma situação de recessão econômica.

Dessa maneira, duas formas desse planejamento foram criadas, a versão a curto prazo para garantir o funcionamento das empresas em um período de 1 a 2 anos, e a versão a longo prazo, para avaliar possíveis investimentos que possam ser feitos pela empresa.

Além disso, mesmo que o planejamento financeiro traga tantos benefícios as organizações que o adotam, a grande maioria dos administradores das micro e pequenas não fazem o uso desse planejamento, nem em suas formas mais básicas, recorrendo apenas aos seus conhecimentos empíricos de como se gerir uma empresa, o que muitas vezes acaba resultando nessas empresas fechando suas atividades.

Dessa forma, foi possível perceber como o planejamento financeiro oferece as microempresas e empresas de pequeno porte uma forma dessas empresas conseguirem realizar planos a serem seguidos nos primeiros anos da constituição da empresa, melhorando a capacidade de adaptação da empresa e reduzindo as chances de falência desta empresa em seu início de atividade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Raiely Moreira Barbosa; DIAS, Tays Cardoso. Balanço Patrimonial: A Importância para a Tomada de Decisões em Micros e Pequenas Empresas. **Id on line Rev. Mult. Psic.** Juazeiro do Norte, 2019, v. 13, n. 43, p. 808-818. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/1513/2287/5778>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ANDRADE, Vinícius; BRITO, Djalma. A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS VOLTADAS PARA AS MICROEMPRESAS. **Reiva Revista.** v. 1, n. 04, 2020. Disponível em: <https://reiva.emnuvens.com.br/reiva/article/view/163>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ASN, Agência Sebrae de Notícias. Abertura de micro e pequenas empresas tem alta de 6,6% em 2023. 2024. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/abertura-de-micro-e-pequenas-empresas-tem-alta-de-66-em-2023/#:~:text=Segundo%20o%20levantamento%20do%20Sebrae,ante%202.933.809%20em%202022>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ASN, Agência Sebrae de Notícias. **Dia da Micro e Pequena Empresa evidencia a importância dos empreendedores para o Brasil.** 2022. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/dia-da-micro-e-pequena-empresa-evidencia-a-importancia-dos-empresarios-para-o-brasil/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. GOV. **Brasil registra recorde na abertura de novos negócios em 2021.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/03/brasil-registra-recorde-na-abertura-de-novos-negocios-em-2021/#:~:text=Em%20segundo%20lugar%20no%20ranking,das%20empresas%20abertas%20em%202021>. Acesso em: 6 maio 2024.

CARVALHO, ERIKA LUZIMAR DE. A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA PARA AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR. Rondonópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/37317/1/ERIKA_LUZIMAR.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

CASTRO, Jefferson Manosso de; LEPCHAK, Alessandro; RIBEIRO, Flávio; GERIGK, Willson. FLUXO DE CAIXA E CONTROLES FINANCEIROS APLICADOS ÀS MICROEMPRESAS. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa-PR, v. 16, ed. 2015554, p. 1-18, 2020. DOI 10.5212. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/15554>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CFC. **História dos Congressos de Contabilidade.** 3. ed. Brasília, 2016. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_congressos_2012.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

COSTA, Cleiton Gonçalves; CRUZ, Hernany Ferreira da; ALVES, Phelipe Teixeira dos Santos; FERREIRA, Antônio Claudio. O PAPEL DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NAS MICROEMPRESAS. Campos Belos, 2023. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/4068/5/TCC_%20Cleiton%20Goncalves%20Costa_%20Hernany%20Ferreira%20da%20Cruz_%20Phelipe%20Teixeira%20dos%20Santos%20Alves%20.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

COSTA, Layssa Lopes da; COSTA, Lucienny Lopes da; SANTOS, Cristina Barbosa dos. PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL. **Estudos**, Goiânia, ano 2015, v. 42, n. 2, p. 161-173, 2015. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/download/4014/2318>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CUNHA, Gabriel Queiroz; SILVA, Anderson Carlos da. A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ PARA A TOMADA DE DECISÃO NA EMPRESA AMBEV S.A. **UniEVANGELICA**, Anápolis, 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/8055>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DAGOSTIN, Bruna Nicoski. PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO EM UMA MICROEMPRESA. Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6603>. Acesso em: 30 jan. 2024.

DAVID, FERNANDA CALAÇA; BARBOSA, EDNA ALVES. A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE: ORIGEM E EVOLUÇÃO. Anápolis, 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/10731/1/ARTIGO.%20FERNANDA.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

De souza, P., schnorrenberger, d., & lunkes, R. J. (2016). Práticas de orçamento de capital predominantes na literatura internacional. **Revista Innovar**. v. 16, n. 60, p. 103-116. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/818/81844804007.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

DOMINGUES, Juliana. **Qual é a diferença entre MEI e ME? Confira!** 2021. Disponível em: <https://www.hostgator.com.br/blog/diferenca-entre-mei-e-me/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **INTERAÇÕES**, Campo Grande-MS, v. 21, n. 4, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i4.3203>. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/3203>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender contabilidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2014.

FLEEG. O que é ROI?: Entenda como calcular o retorno sobre investimento. 2020. Disponível em: <https://fleeg.com/blog/inbound-marketing/o-que-e-roi/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GOMES, Jaqueline Batista; BRANDALISE, Nilson. Estudo Bibliométrico sobre Planejamento Estratégico em conjunto com Planejamento Financeiro, no Brasil. **XIVSEGet**, 2017, p. 1-10. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/11425301.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

GORDEEFF, Nicolau. **Como distinguir os diferentes níveis de Planejamento Organizacional em Administração Geral**. 2020. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/como-distinguir-os-diferentes-niveis-de-planejamento-organizacional-em-administracao/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GOUVEIA, N. Contabilidade. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2015.

ISCED. Contabilidade Básica. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2801/1/Manual%20de%20Contabilidade%20B%C3%A1sica.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

JESUS, J. B. S. A evolução da contabilidade através da sua história e as principais escolas que doutrinam o pensamento contábil. *RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 4-26, out. 2018. Disponível em: <https://www.saofranciscodeassis.edu.br/rgsn/arquivos/RGSN12/artigos/A-evolucao-da-ontabilidade-JESUS.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LIMA, Vanderleia Rodrigues; TOMÉ, Alexandre Scherrer. A IMPORTÂNCIA DA ADOÇÃO DE UM PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A GESTÃO E CRESCIMENTO DAS PEQUENAS EMPRESAS. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, v. 9, n. 1, p. 2190-2206, 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/REGS/article/view/8640/0>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MICHAELIS. Dicionário escolar língua portuguesa. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=financeiro>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MICHAELIS. Dicionário escolas língua portuguesa. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=planejamento>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MILAN, ALINE PRISCILA MARROCOS. PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, Ilha Solteira, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/50a4ff4b-6e27-472e-b29d-de53de2854ba/content>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MIURA, Hudson Hideyuki Waseda *et al.* APLICABILIDADE DOS ÍNDICES FINANCEIROS PARA ANÁLISE FINANCEIRA DE MICROEMPRESAS. **Revista Inovação & Sociedade**, Iporá-GO, v. 3, p. 1-14, 2023. Disponível em:

<https://revista.unipora.edu.br/index.php/ies/article/view/44/80>. Acesso em: 29 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ingrid Luiza Martins de. A evolução da Contabilidade Gerencial. 2022. 22 páginas. Faculdade Pitágoras, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/65096/1/INGRID_LUIZA_MARTINS_DE_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

OLIVEIRA, Jeisimary Rodrigues de Souza. O PAPEL DA CONTABILIDADE ATRAVÉS DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO AUXÍLIO DA GESTÃO EMPRESARIAL EM UMA MICROEMPRESA DO RAMO DE UTILIDADES NA CIDADE DE SÃO DESIDÉRIO – BA. 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/o-papel-da-contabilidade-atraves-do-planejamento-financeiro-no-auxilio-da-gestao-empresarial>. Acesso em: 23 ago. 2023.

PEREIRA, Guilherme; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. PESQUISA QUANTITATIVA EM EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/27341/19946>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PRIORE, Eduardo Roberto; VELOZO, Claudia Rosa de Moura; HIKAZUDANI, Paula Itiko; ANDRADE, Zuleide Rosa Moura de. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO: Um estudo de caso sobre o uso da ferramenta de orçamento em um condomínio. **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos (SP), ano 2015, v. 4, n. 4, p. 67-80, 15 maio 2015. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/137>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SANTOS, Francisco Rodrigues dos. Planejamento Financeiro. **Rede e-Tec brasil**, Cuiabá-MT, ano 2015, p. 1-84, 2015. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/005078089c1bfd6190830>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SCHMIDT, Paulo; GASS, Júlia de Medeiros. ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE TRADICIONAL E A SUA NOVA HISTÓRIA. 1, Recife, v. 42, n. 2, p. 71-98, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1734/1426>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SEBRAE. A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=As%20EPPs%20t%C3%AAm%20a%20menor,%25%20fecham%20em%205%20anos>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SEBRAE. Abertura de MPE em 2020. **Observatório MPE**, ano 2021, ed. 45, p. 1, 2 fev. 2021. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2d2332f20f744c53a98504e1e8b3c197/\\$File/30586.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2d2332f20f744c53a98504e1e8b3c197/$File/30586.pdf). Acesso em: 7 ago. 2023.

SEBRAE; BEDÊ, Marco Aurélio (coord.). *Sobrevivência das empresas no Brasil*. Brasília, ano 2016, p. 1-100, 2016. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SEBRAE. *CAUSA MORTIS: O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida*. São Paulo, ano 2014, p. 1-50, 2014. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/causa_mortis_2014.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

SEBRAE. *Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte*. Brasília, ano 2018, p. 1-28, 2018. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SILVA, Ayane Maria Gonçalves da. **CONTABILIDADE GERAL**. Recife: UFPE, 2021. ISBN 978-65-5962-066-1. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/49449/1/Contabilidade%20geral.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SILVA, Maurício Souza; ASSIS, Francisco Avelino de. A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL. *Periódico Científico Negócios em Projeção*, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180421053348id_/http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/viewFile/579/545. Acesso em: 19 jan. 2024.

SILVA, SARAH IZABEL DOS SANTOS. **FALÊNCIA DE EMPRESA: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO DA INSOLVÊNCIA**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, SANTANA DO IPANEMA, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/12978/1/Fal%c3%aancia%20de%20empresa%3a%20uma%20an%c3%a1lise%20econ%c3%b4mica%20do%20direi%20da%20insolv%c3%aancia.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2024.

TEIXEIRA, Wagner Thiago de Paula. *O planejamento financeiro como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas*. **XiiiSEGeT: Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**, São João del-Rei, p. 1-16, 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/28924311.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TRAVASSOS, Marcos. **Contabilidade Básica: Atualizada pelas leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e regras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Rio de Janeiro: Freias Bastos Editora, 2022. ISBN 9786556751436. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=MqJ5EAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 29 mar. 2024.

VALVERDE, Camila; CHIARETO, Joice; GOULART, Luiz Eduardo Takenouchi. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO E DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO PARA A TOMADA DE DECISÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Revista Liceu Online*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 69-

87, 2019. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1814. Acesso em: 26 jan. 2024.

VISAOADM. INDICADOR DE LIQUIDEZ DA CIA HERING. 2017. Disponível em: <https://visaoadm.wordpress.com/2017/11/10/indicador-de-liquidez-da-cia-hering/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

XAVIER, Vitor Fonceca; BERTACI, Moacir José. A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA O CRESCIMENTO DO PAÍS. Revista Interface Tecnológica, São Paulo, p. 161-173, 2018. DOI 10.31510/infa. v. 15i2.392.

Disponível em:

<https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/download/392/307>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ZANLUCA, J. C.; ZANLUCA, J. S.. História da Contabilidade. 2017. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>. Acesso em: 10 fev. 2024.

Página de assinaturas



Vitor Santana
052.112.772-60
Signatário



Mateus Sousa
034.782.562-16
Signatário











Aline Ferreira
010.749.472-82
Signatário



Adriano Bollas
669.522.202-91
Signatário

HISTÓRICO

- 23 jul 2024** 17:55:58  **Vitor Rodrigues Leite Santana** criou este documento. (Email: liotvitors@gmail.com, CPF: 052.112.772-60)
- 23 jul 2024** 17:55:59  **Vitor Rodrigues Leite Santana** (Email: liotvitors@gmail.com, CPF: 052.112.772-60) visualizou este documento por meio do IP 45.7.26.102 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 23 jul 2024** 17:56:11  **Vitor Rodrigues Leite Santana** (Email: liotvitors@gmail.com, CPF: 052.112.772-60) assinou este documento por meio do IP 45.7.26.102 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 23 jul 2024** 20:04:28  **Mateus da Silva Sousa** (Email: adm@fadesa.edu.br, CPF: 034.782.562-16) visualizou este documento por meio do IP 45.7.26.67 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 23 jul 2024** 20:04:32  **Mateus da Silva Sousa** (Email: adm@fadesa.edu.br, CPF: 034.782.562-16) assinou este documento por meio do IP 45.7.26.67 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 23 jul 2024** 21:03:29  **Adriano Louzada Bollas** (Email: adriano.louzadabollas@gmail.com, CPF: 669.522.202-91) visualizou este documento por meio do IP 200.124.94.204 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 23 jul 2024** 21:03:34  **Adriano Louzada Bollas** (Email: adriano.louzadabollas@gmail.com, CPF: 669.522.202-91) assinou este documento por meio do IP 200.124.94.204 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
- 23 jul 2024** 20:09:33  **Aline de Oliveira Ferreira** (Email: aline.oliferreira@gmail.com, CPF: 010.749.472-82) visualizou este documento por meio do IP 191.246.251.132 localizado em Belém - Pará - Brazil



23 jul 2024
20:09:39



Aline de Oliveira Ferreira (Email: aline.oliferreira@gmail.com, CPF: 010.749.472-82) assinou este documento por meio do IP 191.246.251.132 localizado em Belém - Pará - Brazil

